

VI Congreso de Relaciones Internacionales

21, 22 y 23 de noviembre de 2012

LEGADOS PARAGUAIOS E VENEZUELANOS NA CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NO MERCOSUL

PROF. DR. PHIL. ARGEMIRO PROCÓPIO

Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

A vontade política que prioriza a integração regional de forma unilateral, distante dos princípios da reciprocidade relega a um segundo plano os esforços pela renovação e pelo trabalho conjunto. O caso não concretizado do direito de defesa do Presidente paraguaio seguido da entrada venezuelana aponta a necessidade do fortalecimento institucional para que o Mercosul fique imune aos malefícios trazidos pela hegemonia ideológica de partidos políticos dos estados-membros. Ademais de dificultar respostas assertivas, o despreparo institucional incentiva assimetrias que multiplicam o custo da integração na geografia do Mercado Comum do Sul e estreita os caminhos da diplomacia. Obstáculos raramente transpostos, excesso de burocracia e novas rachaduras provocadas pela má qualidade do cimento institucional aumentaram a solidão acompanhada dos membros fundadores e fizeram crescer o ceticismo mercosulino.

A coordenação de baixa qualidade costurada com insegurança jurídica e os acordos firmados nos conformes do pragmatismo circunstancial aceleraram o esquecimento das prioridades, sobretudo das estratégicas. Também o espírito coletivo que forneceria o suporte logístico essencial às empreitadas favoráveis à integração regional e à Proteção Responsável sob o guarda-chuva da solução pacífica de conflitos, tal espírito se perdeu aumentadas indecisões entre os países do Bloco.

A desarmonia na distribuição das responsabilidades advém de falhas na doutrina da operacionalização dos incentivos mercosulinos e na aplicação de sanções, senão simbólicas, indolores. Por causa das novas dimensões da segurança coletiva regional, também as obrigações deveriam merecer proteção no processo de experiência política em busca de meios, de pactos e de acoplamentos para a harmonização da integração.

GESTÃO DAS ASSIMETRIAS

Prometendo priorizar a integração regional, combater a fome e as desigualdades, o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder. Legitimado por meio do voto obtido com



Instituto de Relaciones Internacionales

Universidad Nacional de La Plata Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales

Calle 48 entre 6 y 7, 5º piso - Edificio de la Reforma - La Plata - Argentina

(54-221) 4230628 conaresoiri@iri.edu.ar www.iri.edu.ar

 Instituto de Relaciones Internacionales - UNLP  @iriunlp

promessas em nome da boa ética, agarrado ao seu pragmatismo circunstancial, o poderpetista acompanhou a lenta formação da identidade por diferença no Cone Sul. Tardou pouco, para que por meio de alianças com forças conservadoras externas e internas, o grupo progressista da diplomacia presidencial se transformasse em farinha do mesmo saco populista decorado com a bandeira do Mercosul.

Buscando ser parte das relações internacionais onde a cultura política ensina aos membros proceder como sócio e rival liberal e progressista, o Ministério das Relações Exteriores pragmaticamente aceitou a missão de fortalecer identidades e interesses centrados na defesa da ordem liberal no Haiti. Mutatis mutandis, ainda que por uma decisão coletiva da Argentina, do Brasil e do Uruguai, premissas parecidas à contempladas na gestão anterior se repetiram no affaire do *impeachment* ocorrido na Capital paraguaia.

Trotando em busca de maior influência no cenário regional, por oito anos a chancelaria se aferrou num pragmatismo circunstancial pelego. Até hoje está por apeiar e se afastar da prática reativa que nada ajuda na criação de consenso por políticas regionais de bons resultados.

Observando a revoada, vale dizer, ofim do consenso entremilitantes, a maioria apegada a postos e a minoria aos ideais da moralidade administrativa e da justiça social, se nota que as carências estruturais da “diplomacia companheira” destruíram o lastro para que ela servisse de referencia, seja nas relações bilaterais, seja nas multilaterais. Ignorando essa realidade, o lulismo estabeleceu alianças internas e externas com o poder conservador. Forambásicas para levar a bom termo a tarefa do culto da imagem presidencial, fato que transformou o Itamaraty – ovacionado por historiadores da política externa e por intelectuais orgânicos - no ministério tropical da “*propaganda fide*.”

Sem valor de uso e de troca, o excedente retórico mercosulino ao advogar por um desenvolvimento de segunda mão apoiado na comoditização que desindustrializa a economia brasileira provocou gargalos na memória coletiva da integração.

O descompasso entre o trabalho com suor e as ações do funcionalismo de baixa produtividade estão entre as razões que levaram as diplomacias do Cone Sul a se acomodar com os desmandos dos sucessores das ditaduras encastelados em parlamentos, jornais, latifúndios, universidades e até na militância sindical que se transformou em profissão ou meio de vida. Por não abrir mão de conquistas injustas, parte das elites rotuladas como de esquerda introduzidas no cerimonial do poder da sociedade mercosulina adotou hábitos e dinâmicas do neoliberalismo que criticavam. Substitutos fidedignos da ação conservadora partidos que perderam as rédeas do poder, o pragmatismo circunstancial fez da integração um ato substantivamente retórico e adjetivamente prático.

O IMBROGLIO PARAGUAIO

Alianças com forças contrárias a renovação obrigaram o Mercosul a patinhar nas incertezas desfavoráveis ao Bloco. Debita-se na conta das indecisões a desigual repartição das obrigações e a falta de fiscalização na aplicação dos recursos oriundos do FOCEM, Fundo para a Convergência Estrutural de onde sai a quase totalidade dos

financiamentos para criação da infraestrutura produtiva paraguaia. Ademais disso, nota-se o crescimento das disparidades nas cargas tributárias e o aumento da indiferença dos governos pelo trabalho conjunto em busca de investimentos.

Crescendo cada qual em tempo próprio, as dinâmicas das diferenças e das semelhanças somam os paradoxos da prática diplomática dos poderes executivos em Mburuvicha Roga, Assunção; na Residência Presidencial de Olivos, Buenos Aires; no Palácio da Alvorada, Brasília; no Palácio Suarez Reyes, Montevideo e no Palácio Miraflores, Caracas.

Daí a constatação que a solidão na governabilidade mercosulina, desde o início desapertou o cinturão da integração deixando à vontade os embaixadores dos interesses paroquiais. Por essa e outras razões, brevemente considerarão como coisa do passado, os perigos oriundos do isolamento paraguaio no Bloco conduzido pela quadrilha Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.

O golpe baixo contra as regras democráticas desfechado pelo parlamento guarani por meio do pacto político das correntes conservadoras, arquitetas do *impeachment* relâmpago que depôs Fernando Lugo seguiu-se de imediatas medidas pela entrada da Venezuela. Acontece que a terra de Bolívar não precisava, nem merecia chegar onde chegou através das “portas do fundo” do Bloco. O barulho provocado pelo caso ressoou no noticiário internacional do mal feito e o instável clima diplomático reforçou a atmosfera de um Mercado Comum do Sul de incertezas.

O Paraguai como a maior potência hemisférica exportadora de hidroeletricidade tem como vender a um preço melhor, a energia que deixa de consumir, mas a corrupção interna o leva a barganhas onde sequer sobram migalhas para a população desprotegida. Vem daí a dificuldade de dar crédito a interlocutores manipulados por elites políticas com mãos no contrabando e no comércio de bens deslealmente importados de países terceiros, vendidos para vizinhos através das janelas de facilidades abertas no Mercosul.

O convívio e a tradicional tolerância das autoridades argentino-brasileiras para com o crime organizado guarani oneram de forma irreversível a economia e a sociedade mercosulina. Mesmo tendo triplicado o preço da energia que antes era de 120 milhões de dólares anuais, caso Brasília combatesse com rigor o contrabando paraguaio poderia pagar mais ainda pela energia oriunda do empreendimento binacional de Itaipu, corolário do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” capitaneado pelo chanceler Azeredo da Silveira nos anos 1970.

Dependentes mais que quaisquer outras do Bloco, elites paraguaias corruptas multiplicaram o número dos grupos transformados em ponta de lança dos interesses asiáticos começando por Taipé. Grande beneficiária do já mencionado FOCEM, Assunção esqueceu que a maior fatia, ou seja, 70% do dito Fundo provém de Brasília, a Capital onde o Serviço Exterior, desavisado, se deparou com um processo que culminou com a deposição do único Presidente que rompeu com a hegemonia do Partido Colorado, ninho de famosos ditadores. Ademais de satisfazer um acalentado desejo da Embaixada dos Estados Unidos da América, ao afastar Fernando Lugo, os poderes legislativo, judiciário e executivo na Capital Assunção formaram um *front* incapaz de diferenciar a nação venezuelana do Presidente Chávez.

Firme na racionalidade mais guarani que franciscana do “é dando que recebe”, o realismo paraguaio seguidas vezes retira da sepultura os fantasmas da Guerra da Tríplice Aliança de triste memória. No affaire Lugo o poder latifundiário irmanado às forças do crime organizado paraguaio invocaram o assombração da ameaça à soberania responsabilizando os vizinhos aflitos que, em vão esperaram por cerca de seis demorados anos, o fim do congresso paraguaio. Argentina, Brasil e Uruguai, cansados de esperar se aguardassem um pouco mais, certamente retirariam do bastião do atraso mercosulino os argumentos que a admissão de Caracas ao Bloco resultou de retaliações. Se fazendo de vítima, Assunção camufla atitudes antidemocráticas. Apesar de legais aos olhos do Poder Judiciário.

Transformado em refém do parlamento, as leis guaranis elaboradas sob a hegemonia ideológica do radicalismo de direita guardam o rançodos golpes de Estado contra a ordem democrática na América Latina.

Em nome da procura da honra pátria perdida nas entranhas da governabilidade com corrupção as ambiguidades políticas do Bloco alimentam uma ordem de integração cuja burocracia dá sustentabilidade ao subdesenvolvimento paraguaio e dos demais países membros.

EMANCIPAÇÃO POR MEIO DA COOPERAÇÃO

Usando perucas novas, as velhas cabeças do populismo se transformaram em interlocutoras desacreditadas do processo de emancipação econômica por meio da cooperação regional. Incompetente na busca de vantagens no cenário internacional, a burocracia mercosulina age demasiadamente devagarna congregação de esforços por alianças com outros blocos.

Na qualidade de novos gestores das assimetrias, os donos do Poder nacional aumentam as tensões regionais prorrogando as prometidas reformas estruturais. Gerando mal os recursos públicos apoucam a presença sul-americana nas cadeias globais. Procedendo assim manipulam assimetrias particularmente nocivas à expansão das atividades produtivas. Atuando mediocrementemente na contenção dos desperdícios, usando mal os recursos existentes, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai conviveram com uma Secretaria desprestigiada e amarrada nas falhas do Protocolo de Ouro Preto.

Desconhecedores da austeridade administrativa, a quadriga de governos fundadores raramente se moveu para uma real promoção da integração regional. A marginalização da cultura nas prioridades do Mercosul castra esforços por uma interlocução benfazeja ao desenvolvimento humano regional. Pela visível falta de honra ao mérito, o oportunismo inviabiliza a engenharia da cooperação. Oxalá a entrada da Venezuela – a primeira ampliação do Bloco desde sua criação em 1991 - abra portas às outras nações, por exemplo, para a Bolívia, a Colômbia, o Chile, o Equador e o Peru.

De forma contrária à da produção integrada sustentável onde se extrai vantagens da integração na composição do valor agregado, a desindustrialização concomitante ao processo de reprimarização da economia dos membros do Mercado Comum do Sul

roubou o espaço da produção industrial regional e tornou sustentável o subdesenvolvimento¹naquela sociedade.

A lei da selva dos mercados, a falta de investimentos em ciência e cultura agravada por uma coragem civil que nunca encara as diferenças dentro do Bloco, tudo isso apadrinha uma mediocridade que anula o trabalho conjunto. Essa mediocridade antes de se esconder por detrás do biombo do serviço público, geralmente se transforma em vetor de desigualdades e de privilégios paroquiais. Nessa ambiência crescem as dependências, gratas aos protelamentos dos investimentos. Essencial para a expansão das atividades produtivas do Bloco, o cuidado para com a infraestrutura constitui um especial desafio.

O andar da carruagem de uma integração lenta e desigual como a do Mercosul, geralmente se acompanha de enorme tolerância para com o contrabando e desvio de comércio que beneficia a numerosos não membros do Bloco. Décadas depois das iniciativas japonesa, coreana, alemã, australiana, indonésia e estadunidense, entre outras, cerca de meia centena de empresas brasileiras que poderiam estar em países mercosulinos se acotovelam na Costa Leste da China. Buscam espaço numa economia sem as burocracias típicas das toleradas pelo Tratado de Assunção criado no dia 26 de março de 1991. Nesse agrupamento se destacam a ApexBrasil, Banco do Brasil, BR Foods, Embraco, Embraer, Marcopolo, Odebrecht, Petrobrás, Suzano, Vale, WEG, firmas compradoras de insumos químicos agrícolas e industriais. Entre os escritórios montados em Xangai se sobressaem os de advocacia, de consultorias diversas, de prestação de serviços e de importação de bens de serviço².

A concentração de esforços girando em torno de desgastantes acordos automotivos que endinheira em primeiro lugar as transnacionais dos carros e caminhões marginaliza o pequeno empresário no sistema de troca intra-regional do Mercosul. Deixar para amanhã a aplicação de tarifas externas comuns ou postergar a adaptação de regras dentro do Bloco é ignorar assimetrias e os riscos de colapso nas cadeias regionais.

Entre os mercosulinos o adiamento dos projetos de integração atrapalha a contabilidade do feito e do que deixou de ser feito. Os raros períodos de alta e os longos anos de baixa do preço das commodities no mercado internacional sequer bastaram para que governos comodistas tomassem novas iniciativas. O comodismo que responde pela baixa qualidade da coordenação no multilateralismo regional foi um dos principais responsáveis pelo insignificante papel do Mercosul como interlocutor dos clientes externos. Guarda também a culpa pela reprimarização econômica em detrimento da industrialização regional e pela demora na procura de novas parcerias capazes de compartilhar processos de geração de tecnologias de informação de última geração. A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai jamais tentaram em conjunto buscar produtos consumidores de menos energia, difundir a bioagricultura e nem trabalhar coletivamente na produção de equipamentos de terceira geração.

Produtos básicos para a Segurança Alimentar mundial, ou seja, a soja, o trigo e o milho se exageradamente cultivados rompem o equilíbrio hídrico e esgotam terras causando

¹Procópio, Argemiro: Subdesenvolvimento Sustentável. 5.ed., rev. e ampl. Curitiba: Juruá, 2011.

²Procópio, Argemiro: Diplomacia e Desigualdade. 2.ed., rev., e ampl. Curitiba: Juruá, 2011.

irreparáveis prejuízos ambientais. Notável exportador mundial de soja, cerca de 30% do PIB paraguaio origina-se desse grão muito plantado por brasiguaios, fato que gera sérios problemas político-diplomáticos nos departamentos de Canindeyú, Concepción e San Pedro.

FORÇAS E FRAGILIDADES DA VENEZUELA

O esquecimento voluntário dos cuidados para com o meio ambiente e a não proteção dos recursos aquíferos geram um caos ambiental gravado na sociologia do custo produtivo da economia de exportação agro-mineral. Geralmente o descalço ao PIB Verde impede suplantar as tradicionais barreiras interpostas no caminho da inserção positiva da periferia na economia internacional. Vem daí a chegada da hora para a sociedade venezuelana enfrentar o desafio de romper com a abusiva dependência ao excremento do diabo, o ouro negro dos otimistas!

Comprando bônus da dívida externa Argentina que retribuiu exportando alimentos, ajudas aqui e acolá, mesmo depois de abolir o uso campeão do ouro negro pelas oligarquias, o chavismo não conseguiu impedir o endividamento estatal, parte dele contraído na infeliz nacionalização de empresas pouco produtivas.

Até hoje o único quinhão tropical no reduzidíssimo grupo de países de clima temperado exportadores de alimentos, o Brasil parece que entrou para sempre no grupo composto pela Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Polônia e Rússia. Ciente que a produção de grãos e a exploração petrolífera raramente acompanham a velocidade do consumo mundial, a sociedade internacional se quiser combater a escassez precisa de melhorias na engenharia das parcerias.

No Mercosul a heterogeneidade das expectativas e o agnosticismo dos membros cujo norte não mais é o sul, os leva a comportar como vizinhos distantes. Para adotar uma racionalidade comportamental fomentadora de dinâmicas capazes de impedir isso necessitam de uma integração viável e virtuosa. Deve ser enérgica caso queira merecer respeito por partidos Estados Unidos da América, China e União Europeia.

Ciente dos riscos presentes no processo da acoplagem dentro de um Bloco frágil, a Venezuela como membro pleno certamente terá dificuldades para que sua engenharia de contribuição ofereça suportes para mudanças estruturais para iniciativas de integração regional em novas dinâmicas contra o isolamento que apequena a América do Sul nas relações internacionais. Nesse particular, a pregação bolivarianista acompanhada do pragmatismo chavista do “falem mal, mas falem de mim” colocou o Mercosul no palco internacional sob holofotes de uma mídia nada simpática aos clamores da periferia. Bem ou mal, o chavismo que sonha cimentar poder, autonomia, e segurança retirou a Venezuela de um centenário ostracismo midiático. A simpatia de Caracas pela multipolaridade a fez navegar menos por rotas econômicas e mais pelas águas volúveis da política-ideológica.

A aliança estratégica com a Argentina e o com Brasil certamente empurrará o processo de integração do pedaço da América que vai da Patagônia ao Caribe para deixá-los expostos às vontades do modelo neoliberal. Nessa geografia incrusta-se o estado de Roraima, a parte do Brasil que acabou na agenda internacional por causa da questão

indígena. Desde sua fundação, maltratado por uma dependência econômica que engessa e o impede extrair vantagens da mecânica d'geopolítica regional, situado em terras de tríplice fronteira, o quinhão federativo mais setentrional do país quer desfrutar de fato dos acordos de cooperação do novo Mercosul enriquecido com cores venezuelanas. Em singular localização, Roraima divide mais espaços com a Venezuela e a Guiana do que com o Pará e o Amazonas. No vázio de poder encontrado na Região Amazônica, a diplomacia brasileira que raramente comunga o cotidiano nessa geografia corre o risco de ficar entre a cruz e a espada. O fato de situar-se numa Tríplice Fronteira no hemisfério norte ladeado por países que se estranham, mesmo sendo há um só tempo caribenhos e amazônicos lega a Roraima particular responsabilidade.

Recebendo a quase totalidade da energia que consome da hidroelétrica de Guri, a capital Boa Vista tem muitíssimo que oferecer e ganhar cultivando boa vizinhança com a República Bolivariana. Seguramente Boa Vista se esmerará no papel de co-autora de uma invejável acoplagem produtiva. Pode contribuir para corrigir a falsa imagem de o Mercosul ser exclusividade de gaúchos, de barrigas verdes, de paranaenses, de portenhos, de brasiguaios, de guaranis e de uruguaios.

Pelas fronteiras do Hemisfério Norte vê-se na dupla amazônico-caribenha - que igualmente é mercosulina - o mercado negro de gasolina gerar uma ordem de decooperação vicinal através das portas da contravenção. Somado a outras ilegalidades, o contrabando de combustíveis acentuou problemas em reservas indígenas. O dinheiro fácil apressa o desaparecimento de valores tradicionais nas tribos e alimenta a crise religiosa que levou a pastoral católica pós-conciliar a perder notável espaço para igrejas adeptas da teologia da prosperidade.

A SOBERANIA QUE NÃO ELIMINA A DESIGUALDADE

O caso paraguaio e o venezuelano revelam duas verdades inconvenientes para a sociedade mercosulina. A primeira se refere à instabilidade política provocada pela direita que sem forças para atirar como antanho as sangrentas intervenções militares, agora golpeia conquistando as urnas por meio da força midiática. A segunda relaciona-se à dita esquerda, força política que promete uma coisa antes das eleições e faz outra depois da chegada ao poder.

Entre os sete governos que se auto-proclamam de esquerda - Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela - quatro deles são mercosulinos. Bem ou mal, o peso geo-econômico e geopolítico dos citados países já emerge na constelação das parcerias.

Sem dar-se conta que nos Estados nacionais, lá onde a soberania não eliminou nem as desigualdades e nem os desequilíbrios estruturais, as diplomacias que servem a tais governos caminham esquecidas da solidariedade vicinal. Comportando assim postergam o trabalho conjunto dos movimentos sociais, da defesa grupal e do combate aos ilícitos em espaços de fronteira, entre outros. A falta de iniciativas pode erodir o uso coletivo das receitas dos excedentes e atrapalhar os mecanismos de socialização dos investimentos necessários à Segurança Humana dentro do Bloco cuja sociedade mais se

integra nas redes do contrabando e da economia informal do que através das portas da ação governamental.

Por meio da compreensão mútua há como arrefecer as tensões presentes nas etapas do trabalho conjuntamente como nas do processo de cooperação bilateral e multilateral. Depositária de aproximadamente 30% das exportações de manufaturados *Made in Brazil*, a parceria com a Venezuela, o segundo país membro da Organização do Tratado de Cooperação Econômica a entrar no Mercosul, deves é estratégica. Continuará de fundamental importância para empresas e para a sobrevivência do parque industrial brasileiro crucificado no lenho das exportações com quase nenhum valor agregado.

No tripé onde estão os principais importadores do Brasil, ao lado de Pequim e de Buenos Aires coube a Caracas um lugar decisivo na vida econômica do seu maior vizinho. Isso independentemente do crescimento em Brasília das forças que subestimam a parceria venezuelana. A compreensão do ideal bolivariano certamente apressará o Estatuto da Cidadania, fato que promete aportar ganhos sociais, sobretudo à população e aos pequenos empresários da Amazônia Caribenha. Politizado ou remoçado, o Mercosul com a Venezuela que se passa por Tereza de Calcutá dos excluídos latino-americanos ganhou o peso de quinta economia mundial.

As iniciativas tomadas pela desordem paraguaia foram fomentadas pelo Poder Legislativo de feitos famosos... Vão de reprimendas endereçadas ao Presidente Clinton por conduta imoral no Salão Oval da Casa Branca até a condenação de Fernando Lugo, antes mesmo da expiração dos 120 minutos oferecidos para a sua defesa! Desacompanhada de provas, a acusação levou a destituição relâmpago do Presidente de um país membro. Abriu caminho para que a Argentina, o Brasil e o Uruguai defendessem a democracia na Região invocando o Protocolo de Ushuaia II assinado em 1998. Tal Protocolo enfatiza o compromisso do Bloco com a democracia e prevê sanções contra governos responsáveis por rupturas em tal ordem.

PROTEÇÃO RESPONSÁVEL

Vale relembrar que apesar de não ser o único parlamento do Bloco que protelou a análise do pedido da Venezuela, o gesto do parlamento em Assunção de contrariar a vontade do Executivo - engavetando por quase meia dúzia de anos o pedido de Caracas para ser membro pleno - parecia seguir orientação processual recomendada por Washington. Ao impedir a ampliação do Bloco, o legislativo guaranifazia pouco caso dos benefícios da parceria bolivarianista visto que o chavismo seria mais outromercosulino a endossar as profundas desconfianças do Presidente Fernando Lugo aos projetos estadunidenses na Base do Chaco.

Assunção surpreendida por perder a carta no jogo contra a presença de Caracas e despreparada para enfrentar as consequências da suspensão temporária do Bloco ameaça dar seu troco. Todavia, nas últimas décadas a densidade do prestígio paraguaio diminuiu proporcionalmente ao crescimento do contrabando e fortalecimento do crime organizado. A constante desintrusão dos brasiguaios das terras onde sobrevivem repete-se em intervalos menores. Remediando sofrimentos, em Naviraí e Itaguaraí, as margens

da BR-163, o apoio à essa classe de migrantes excluídos chegou pelas mãos do MST, Movimento dos sem Terra, sob forma de remédios e comida.

No Paraguai as elites não viram com bons olhos o papel do chavismo na intermediação que libertou numerosos de reféns em mãos da guerrilha mais antiga do hemisfério, ou seja, das FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. A desobstrução do caminho para a entrada venezuelana talvez contribua para rever as práticas das autonomias pela integração. Servirá para Caracas fortalecer o diálogo regional de onde certamente surgirão provas para desmentir ou confirmarem denúncias de parlamentares em Assunção acusando o EPP, Exército do Povo Paraguai de se aliar às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em províncias guaranis como as de Concepción, San Pedro, Amambay, Alto Paraguai e Presidente Hayes.

No que tange a cortina de cânhamo escondendo a crescente perseguição à porção de brasiguaios composta de agricultores pobres, essa cortina o nacionalismo guarani usa para ocultar a rede de ilícitos na Tríplice Fronteira argentina, brasileira e paraguaia. Enriquecendo em primeiro lugar as elites corruptas que por lá acobertam ações até do terrorismo internacional, tais elites agendam a reprodução do capitalismo selvagem nessa franja mercosulina. Empobrecendo a integração regional, a economia do crime reordena as fragilidades democráticas transubstanciando a dinâmica da informalidade no veneno da integração regional.

A bandidagem nos espaços fronteiriços do Mercosul cresceu tanto, ao ponto de misturar-se com estratégias do terrorismo internacional. Armas e munições se espalham garantidas pelo caráter plural das atividades ilícitas. Que se lembre também do contrabando do açúcar paulista que tanto irrita à opinião pública insensível aos constantes roubos de rebanhos dos pequenos criadores brasiguaios. A carne do gado abatido no pasto, os narcotraficantes fazem sua distribuição em troca de silêncio e apoio logístico para atividades ilegais. Da mesma forma, terras depois de aradas e adubadas por brasiguaios, com frequência os plantadores de maconha se apropriam delas. Isso explica a alta competitividade e a notável fatia guarani na produção continental da *Cannabissativa*.

Responsabilidade de proteger, conceito onusiano que jamais deveriase confundir com a defesa da intervenção humanitária ou como como legitimação da intervenção armada, sob as lentes da Teoria da Acoplagem a responsabilidade de proteger merece ser interpretada como proteção responsável. As indefinições relativas a identidade regional dificultam à proteção responsável conquistar uma aproximação de posições no regionalismo mercosulino onde por consenso se repudia o genocídio e as violações de direitos humanos, porém fazendo quase nada contra a corrupção que flagela populações e enriquece minorias. Combatido em discursos, o apartheid social, o racismo e os tantos crimes ambientais crescem sob visões de mundo, crenças, princípios e prêmios.

Na América Meridional, através das urnas, governos simpáticos ao bolivarianismo conquistaram o Poder em sete das doze nações soberanas da América Meridional. Se com Chaves o Mercosul irá se ideologizar, então também o universo das ideias se aproximará do universo da política naquele bloco. Diante disso a cooperação corre o risco de ser mais forte que a integração. Entre os cinco maiores produtores de petróleo do globo, detentora de expressivas reservas, a Venezuela conjuntamente com o

Brasil do pré-sal e a Argentina do ouro negro patagônico formarão, de maneira ou outra, uma “nova OPEP no Hemisfério Sul”, fato suficiente para acrescentar a geopolítica da Segurança Energética Hemisférica o conceito da proteção responsável em geometrias variadas.

PARADOXOS DA RIQUEZA E DA POBREZA

Ainda que provoque inquietações e corra o risco do nexu orgânico da dependência venezuelana ao petróleo repetir-se na Argentina e no Brasil, o Mercosul agropecuário ainda possui expressivo peso na balança da Segurança Alimentar mundial. Notável importadora de gêneros alimentícios e detentora das maiores reservas petrolíferas do Hemisfério, a sociedade venezuelana testemunhou desgraças. Sente nas veias a dor de possuir um complexo agroindustrial produzindo em patamares inferiores à demanda do consumo interno.

A total dependência aos hidrocarbonetos deseducou e desindustrializou a nação venezuelana. Tornou Caracas refém de um produto que não dá duas safras. Sob essa perspectiva, aquela sociedade amazônico-caribenha, com ou sem um governo bolivarianista, serve de exemplo para que os governos companheiros não se deixem levar pelo canto da sereia do ouro negro.

As elites brasileiras nos poderes judiciário, legislativo e executivo em suas três esferas, ou seja, na municipal, estadual e federal preferem não comparar seus privilégios, salários e deveres com o dos servidores noruegueses. No universo escandinavo a austeridade administrativa, a disciplina de trabalho, a boa educação e a alteridade regem os paradigmas de uma das sociedades mais justas e exemplares na constelação das nações. Graças a tais virtudes domésticas, a Noruega é o único produtor e exportador de petróleo não contaminado pelo vírus da doença holandesa, ainda arruinando o Sudão, Angola, Nigéria, Equador e outros.

A peste que feriu os Países Baixos entre os anos 1960 e 1970 obrigou a Haia reagir em tempo hábil para se livrar do mal que ainda virulentamente ataca Caracas, até hoje padecendo dos efeitos malignos de uma moléstia em propagação. As mutações na doença holandesa que infesta a Venezuela prometem se propalar tanto no Brasil quanto na Argentina, futuras potências petrolíferas. A cura dessa terrível enfermidade está nas mãos dos negociadores esgotados de barganhar por quase nada. Cultivando o pragmatismo circunstancial a burocracia do Mercosul precisa parar de crescer, se tornar ativa, propositiva, menos dispendiosa e menos reativa.

Abarcando 72% da geografia física sul-americana, com cerca de 70% da população e 80% do PIB, a sociedade mercosulina engrandecida com a chegada dos venezuelanos deveria aproveitar para reformular a economia de exportação do Bloco. Para tal deve acrescentar às cores patagônicas, amazônicas, pampeiras, pantaneiras bem como às existentes nos cerrados, nos lavrados e nas campinara a marca do valor agregado.

O crescimento das relações econômicas entre as nações responsáveis pelo Tratado de Assunção ao ir além das iniciativas de governos passa ao setor privado redes de responsabilidades tecidas em atividades comerciais girando em torno de quase cinco bilhões de dólares. Essa conquista serve como indicativo para que cada Estado membro

tenha e conheça deveres e obrigações antes de falar nos direitos. Saber o que cada um pode fazer pelo Bloco para depois perguntar o que o Bloco fará para seus membros pede mudanças e novo olhar sobre conceito da integração que vai além de acoplamentos econômicos ou de acoplamentos políticos³. Um *turning point* impedirá diagnósticos pouco precisos do perigo que representa para o processo de integração alimentar burocracias de pouca fé numa legislação comum.

CONCLUSÃO

O afastamento provisório do Paraguai e o demorado processo de admissão da Venezuela no Mercosul alertaram estar passando da hora para que as diplomacias dos países membros trabalhem pela transferência de soberania para o Bloco e que as vontades nacionais ditem as regras por consenso e não por unanimidade. Um mercado ampliado quer ver o fim do acasalamento de instituições regionais que se misturam sem promover vinculações com as políticas externas dos Estados-membros. Tudo isso pede atenção no acompanhamento e controle das diplomacias que orbitam pela Região, incapazes de livrar a sociedade da sina de consumidora de produtos industriais de alto valor agregado produzidos longe de suas fronteiras. Para argentemente se perder o vício histórico de exportador de commodities, que se busquem estímulos contra os altos juros praticados no Brasil por meio da promoção de acertos coletivos pela redução do custo Mercosul.

Investimentos na agropecuária acompanhados por desindustrialização obrigam aos governos membros perpetuar uma dependência conivente com uma união aduaneira incompleta, plenamente conivente com uma integração política de baixa performance institucional. Para não desapontar Caracas e os sócios fundadores que aguardam a entrada da diplomacia defensora do bolivarianismo no Mercosul, a dinamização desse Bloco, mais que necessidade econômica ela é estratégica e política. Pede criatividade para pular etapas, bem além das barganhas comerciais e do intergovernalismo há décadas infrutífero.

A criação de condições preferenciais para as empresas nacionais dos países membros pede menos burocracias e mais organização para melhor respirar em geografias com regimes jurídicos diferentes. A complementaridade competitiva e a proteção responsável certamente ensinarão ao Mercado Comum do Sul se preparar para uma cooperação adulta com outros blocos. Vem daí a urgência da interlocução de qualidade entre os estados sócios. O qualitativo exige coordenação política com pés no chão para que a proteção responsável desfrute de sustentabilidade dentro do Bloco. Concluindo, se os Estados-membros quiserem evitar o risco da convivência com as assimetrias da integração regional no mundo multipolar eivado de crises é essencial que conheçam a acoplagem dos valores parceiros nas variadas dimensões da integração, nos seus espaços e nos seus limites. A inserção coletiva de expressiva parte da comunidade sul-americana num processo de integração incompleto e sem norte clama

³Procópio, Argemiro, Capitalismo Amarelo, Curitiba, Juruá, 2012.

por corretivos comuns. Não é por menos que para eliminar paradoxos desse projeto se deva ir além da meta de área de livre comércio de uma união aduaneira engenhada por esquemas diplomáticos ultrapassados. Esquemas que demonstraram pouca serventia na proteção dos sóciosmercados expostos à desleal e predatória concorrência do contrabando e à mercê dos constrangimentos do paroquialismo político concebido pelo ciclo vicioso do subdesenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

BRICEÑO RUIZ, J. (2000) Il Venezuela di Chávez. Trasogni bolivariani e realismo geopolítico. Limes. Rivista Italiana de Geopolitica n.2, p.85-95.

CARDOSO DA SILVA, E. (1998) Cuarenta años después: la política exterior que tuvimos y la que necesitamos. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura vol. IV n.1, p.44.

PROCÓPIO, Argemiro: Subdesenvolvimento Sustentável. 5.ed., rev. e ampl. Curitiba: Juruá, 2011.

_____, Diplomacia e Desigualdade. 2.ed., rev., e ampl. Curitiba: Juruá, 2011.

_____, Capitalismo Amarelo, Curitiba, Juruá, 2012.

REY, J.C. (1983) El sistema político venezolano y los problemas de su política exterior. In: Instituto de Estudios Políticos de la Universidad Central de Venezuela, La agenda de la política exterior de Venezuela. Caracas: IEP – UCV.